



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

“CMPCD”

FRANCA

Aos dezenove dias do mês de novembro, às 09 horas, na sede da SEDAS - Secretaria Municipal de Ação Social, reuniram-se os Conselheiros do Conselho Municipal da Pessoa Com Deficiência – CMPCD, para a quinta reunião ordinária do mês de Novembro de 2013. Dando início à reunião, a Secretária Executiva, Mariângela fez a verificação de quorum e havendo, repassou a listagem de presença para assinatura dos Conselheiros presentes. Apresentou a justificativa dos ausentes à reunião: Regina Helena, Daniela Honório, Renata, Jocely, Tânia e Simone. Fez a leitura da ata da reunião anterior, que foi aprovada. Dando início aos assuntos da pauta desta reunião – o item 4.1 Informações sobre o Concurso Público 02/2013, Isabel informou que no dia combinado, o Dr. Fernando não pode atender e agendou para o dia 07 de Novembro, e que, nesta data foi protocolado, com a entrega de uma cópia, de tudo que fora repassado pela Conselheira Angélica. O Dr. Fernando disse que iria entrar com uma representação, a ser entregue ao Secretário Mazza e recebendo a resposta do pedido, fará a devolutiva ao Conselho Municipal da Pessoa Com Deficiência. Isabel disse também, que presenciou outras quatro pessoas entrando com o pedido de representação, relativas ao mesmo Concurso. O próximo assunto 4.2 Comissão - Eleição da Diretoria Executiva do CMPCD, Mariângela informou que foi uma semana atribulada e que somente nesta data havia conseguido formar esta Comissão. Como haviam vários Conselheiros da Comissão presentes, aproveitou para agendar a reunião da Comissão, que ficou para o dia 25 de Novembro das 09h00 às 11h00. O assunto seguinte, 4.3 Projeto - Programa todos pelo Direito – a ser realizado em Franca e em 7 cidades da região, que visa a construção de Políticas Públicas preventivas à violência contra a Pessoa Com Deficiência Intelectual, solicitado pela Conselheira Karla, que informou tratar-se de uma iniciativa da APAE e da FEAPAES-SP e patrocinado pela Petrobras, em Franca, com parceria com a DRADS e Entidades de PCDs. Tem um site com material sobre o Programa, o que já foi feito, o que existe, e o que precisa ser implantado. Viviane lembra que esses encontros já ocorreram, em 2010 e 2011. Mariângela e Sandra questionaram a falta de devolutiva dos eventos anteriores, até como forma de avaliar a efetividade dos mesmos e Viviane informou que a intenção foi mesmo de sensibilização dos envolvidos em várias etapas, e, de fortalecer e trabalhar a rede de proteção e o Gestor. Karla informa que para algumas regiões, é necessário estabelecer o protocolo. Quanto ao item 4.4 Contratações do Magazine Luiza, a Conselheira Sandra relata que o Centro de Educação Integrada passou pelo processo e não foi legal. É preciso entender o processo da Lei de Cotas. Como Jovem Aprendiz – é possível ficar por um ano e 11 meses. O Aprendiz fica 3 dias no Magazine Luiza e 2 no SENAC. Não é restrito para PCD, mas também para reabilitados e para quem sofreu

40 AVC. Amplo debate se seguiu de experiências que não deram certo, pela ausência de
41 uma política de inclusão, de fato, ainda com muita discriminação, sem chances de
42 crescimento na Empresa, com serviços que ninguém quer fazer ou muito aquém da
43 capacidade das Pessoas Com Deficiência. O próximo assunto 4.5 Informações sobre o
44 Transporte Coletivo – Vans Adaptadas, Viviane relata que em contato com a Assessoria
45 do Vereador Adérmis, observou tratar-se de uma proposta antipopular e que
46 dificilmente terá o apoio do Legislativo. A Luciana e o Wesley disseram ter uma
47 proposta elaborada como sugestão, que podem disponibilizar para o CMPCD.
48 Sugeriram que o Conselho elabore uma proposta de Lei, encaminhe ao Executivo e
49 este para a Câmara. O Conselheiro Fernando juntamente com José Carlos da ADEFI,
50 vão entrar em contato com a Comissão das PCDs, da Câmara, formada pelos
51 Vereadores Cordeiro, Nirley e Donizete, e ver se eles abraçam a causa. Mariângela
52 lembra ser este um momento delicado, pela polêmica envolvendo o Executivo, a
53 Empresa São José e a população em geral. Fernando informa que a Empresa São José
54 está atendendo as Entidades como a APAE, o CEI, a Unifran, as Escolas, o Hospital do
55 Coração e não os usuários, e, principalmente os que estão fora das Entidades. Reforça
56 que seria ideal que cada Entidade tivesse a sua Van adaptada. Como encaminhamento
57 ficou deliberado que, após a resposta do Fernando; a sugestão do Vereador Adérmis, a
58 Comissão deverá elaborar uma proposta para o CMPCD. Este por sua vez deverá
59 realizar uma Audiência Pública e aí sim, elaborar a proposta de Lei final, e publicar a
60 Normativa. Na sequência, Mariângela sugere a inversão de alguns assuntos mais
61 urgentes. 4.8 Educação Inclusiva para PCDs: Cuidadores para 2014; Email da
62 Defensoria Pública de Osasco e Política Municipal de Educação Bilíngue – Língua
63 Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Isabel relata que participou de reunião com a
64 Andréia do Conselho Municipal de Educação - CME, sobre a proposta de Educação
65 Bilíngue, a ser apresentada ao CME em 2014. Sobre a questão dos Cuidadores, Sandra
66 fala da diferença entre os do Estado e os do Município. Karla defende a idéia de que o
67 principal é o apoio pedagógico e que isso não dá para ser feito por estagiário, a não ser
68 que seja de Pedagogia, entretanto estes critérios não são claros. Tem casos de crianças
69 que só precisam de apoio para as atividades de vida diária, tem outros que precisam
70 somente do apoio pedagógico e outros que precisam de ambos. Sandra informa que
71 existem 3 (três) crianças autistas na rede e que o acompanhamento é completo e
72 quando ocorre a mudança de escola ou de sala de aula, o cuidador acompanha as
73 crianças. Sandra disse que nas Escolas Particulares os pais serão responsáveis pelo
74 pagamento dos cuidadores dos próprios filhos. A Escola se exime disso. Viviane sabe
75 de um movimento que está articulando esta questão. Mariângela lembrou do Email
76 recebido da Defensoria Pública de Osasco e que encaminhou aos Conselheiros para
77 manifestação. A Conselheira Virginia traz uma outra questão a ser considerada na
78 Educação Inclusiva, que são as crianças e adolescentes com DPAC- Distúrbio do
79 Processamento Auditivo Central, que necessitam de Laudo Médico e, que essa medida
80 os libera das provas na Escola, sendo que o ideal seria a adequação da Escola para o

81 atendimento do aluno com o devido apoio pedagógico e fonoaudiológico e também de
82 acompanhamento para tratamento da memória, da concentração dos mesmos. O
83 encaminhamento para as situações relacionadas acima foi do envio de um ofício à
84 Secretaria Municipal de Educação, solicitando informações à respeito dos critérios de
85 atendimento das PCDs; qual o papel do cuidador junto às PCDs; qual a demanda
86 atualizada de PCDs que necessitam de cuidados; qual a proposta da Secretaria da
87 Educação para este Projeto em 2014; se existe previsão de encontro ou reunião para
88 orientação das famílias das PCDs, por parte da Secretaria de Educação e qual o número
89 de cuidadores existentes e a previsão para 2014. Quanto ao item da pauta 4.6
90 Informações sobre o Projeto de Lei 204- sobre o Táxi, Mariângela, após consulta à
91 Assessoria do Vereador Otávio Pinheiro, informou que o Projeto de Lei foi aprovado,
92 com as mudanças propostas pelo CMPCD de ampliação para outras deficiências, além
93 da física, e tão logo consiga a cópia da Lei, enviará aos Conselheiros. Outro item incluso
94 na pauta, pela Conselheira Karla, foi para lembrar o Colegiado de que o último prazo
95 para apresentação de propostas para inclusão no Estatuto da Pessoa Com Deficiência,
96 encerra em 25 de Novembro. Fernando propôs discutirem o item 4.9 Levantamento de
97 problemas enfrentados no trânsito de Franca, com relação à travessia de pedestres,
98 fluxo de veículos, estacionamento para cadeirantes, etc., mas em função do horário
99 previsto já ter sido extrapolado, e, após consulta da não disponibilidade do Colegiado
100 em estender o horário ainda mais, e, por se tratar de assunto que requer debate,
101 encaminhamentos, Mariângela propôs ser o segundo assunto da próxima reunião, o
102 que foi aceito. Propôs também, que o assunto 4.7 Apresentação da Proposta da
103 Comissão da Credencial, seja o primeiro assunto da próxima reunião, por ser complexo,
104 polêmico e que também vai precisar de debate e encaminhamentos. Quanto aos
105 informes, começou e encerrou pelo 5.5 Convite para 1º Audiência Pública com
106 Entidades e Organizações de Assistência Social, por ser o mais importante e urgente.
107 Os demais serão incluídos na próxima reunião, embora tenham sido enviados à todos,
108 via Email. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e a ata, por mim
109 Mariângela Finotti Ribeiro Mendes, lavrada e segue assinada por mim e demais
110 presentes. Franca, 19 de novembro de 2013.